



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Caderno de Encargos
para celebração de um contrato para prestação de serviço de limpeza e
higiene



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Contrato de Aquisição de Serviço

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento N.º 1/DGA

Presidência da República

Cidade da Praia, novembro de 2025



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Índice

CLÁUSULAS JURÍDICAS	5
CAPÍTULO I	5
DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 1. ^a	5
Objeto	5
Cláusula 2. ^a	6
Contrato	6
Cláusula 3. ^a	7
Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante	7
Cláusula 4. ^a	7
Prazo	7
CAPÍTULO II	8
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	8
Cláusula 5. ^a	8
Obrigações principais do Adjudicatário	8
Cláusula 6. ^a	9
Local de prestação dos serviços	9
Cláusula 7. ^a	9
Horário de prestação dos serviços	9
Cláusula 8. ^a	10
Equipa Técnica	10
Cláusula 9. ^a	10
Gestão do pessoal	10
Cláusula 10. ^a	11
Pessoal e Seguros	11
Cláusula 11. ^a	12
Regime de prestação de serviços	12
Cláusula 12. ^a	12
Dever de boa execução	12
Cláusula 30. ^a	24
Cláusula 33. ^a	26
Cláusula 37. ^a	29
Dever de Informação	29
Cláusula 38. ^a	29
Comunicações	29
Cláusula 39. ^a	30



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Resolução de litígios.....	30
Cláusula 40. ^a	30
Contagem dos prazos	30
Cláusula 41. ^a	30
Lei aplicável.....	30
1. Locais de Prestação de Serviços.....	31
2. Serviços Diários	31
3. Serviços Semanais (Sábados).....	32
4. Serviços de Piquete.....	33
CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	34



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato subjacente ao presente procedimento, que tem por objeto principal a contratação de serviços de limpeza e higiene, bem como a realização de tarefas essenciais ao efetivo funcionamento dos serviços afetos à Presidência da República, nos seguintes termos:
 - a) A prestação dos serviços objeto do presente procedimento deve ser executada na parte interna e externa do Palácio do Presidente da República, sito no Platô, e na Residência do Presidente da República na Prainha, abrangendo gabinetes, salas, elevadores, escadas, caves, pátios, ruas, salões, copas e casas de banho;
 - b) A prestação dos serviços abrange a limpeza de todos os bens existentes nos espaços acima mencionados, nomeadamente candeeiros, poltronas, carpetes, equipamentos em inox, janelas, vidros, louças, aspiração de pó em todo o piso com tapetes e carpetes, limpeza de corrimãos, mobiliário e outros;



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- c) A limpeza da parte exterior do Palácio e da Residência deve ser efetuada diariamente;
- 2. A assinatura do contrato não confere ao Adjudicatário qualquer direito de exclusividade na prestação dos serviços objeto do presente procedimento.
- 3. O fornecimento dos bens e serviços previstos deverá observar o disposto nas Cláusulas Técnicas deste Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1. O contrato subjacente ao presente procedimento será celebrado por escrito.
- 2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
- 3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e retificações aos documentos do procedimento;
 - b) O presente Caderno de Encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos prestados pelo Adjudicatário sobre a proposta adjudicada.
 - e) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula 3.^a

Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante

1. Para além da documentação integrante do procedimento, a Entidade Adjudicante, a solicitação do Adjudicatário, fornecerá quaisquer outros elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso, e que se revelem convenientes para uma melhor prestação dos serviços compreendidos no presente procedimento.
2. O Adjudicatário deve assegurar-se da exatidão dos dados e informações fornecidos, mediante as verificações que considerar pertinentes, de modo a confirmar as condições de execução dos serviços a prestar.

Cláusula 4.^a

Prazo

1. O contrato subjacente ao presente procedimento terá a duração de um (1) ano, podendo ser renovado por igual período, até ao limite máximo de três (3) anos, contados a partir do início da sua vigência, mediante avaliação positiva do desempenho do Adjudicatário, de acordo com os objetivos da Entidade Adjudicante.
2. A denúncia do contrato por qualquer das partes deverá ser comunicada por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 90 dias relativamente à data do termo inicial do contrato ou de qualquer uma das suas renovações.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. O prazo previsto na presente cláusula não é aplicável às obrigações acessórias previstas neste Caderno de Encargos a favor da Entidade Adjudicante, as quais perduram para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou no contrato, são obrigações do Adjudicatário:
 - A) Fornecer os produtos higiénicos, materiais de limpeza, máquinas e equipamentos necessários à execução do serviço, tanto para o Palácio como para a Residência do Presidente da República na Prainha;
 - B) Entregar mensalmente os produtos e equipamentos, mediante guia de entrega verificada por colaborador designado pela Entidade Adjudicante;
 - C) Garantir que o pessoal afeto ao serviço esteja uniformizado, asseado e com apresentação adequada;
 - D) Fornecer documentos de identificação ao pessoal para acesso às instalações da Entidade Adjudicante;
 - E) Limitar o número de elementos de piquete a seis (6), destacando um (1) para a Residência do Presidente da República na Prainha;
 - F) Comunicar previamente qualquer substituição de pessoal;
 - G) Responsabilizar-se por danos causados à Entidade Adjudicante decorrentes da prestação do serviço;



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- H) Cumprir regulamentos e normas internas de segurança;
- I) Executar o serviço com zelo e profissionalismo;
- J) Cumprir a legislação aplicável;
- K) Garantir a qualidade do serviço prestado;
- L) Comunicar de imediato conflitos de interesses ou de deveres que possam afetar o cumprimento das suas obrigações;
- M) Informar de imediato sobre factos relevantes para a execução integral das suas obrigações;
- N) Responder, no prazo máximo de 24 horas, a incidentes ou reclamações da Entidade Adjudicante;
- O) Executar serviços complementares sempre que solicitados.

Cláusula 6.^a

Local de prestação dos serviços

1. Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados no Palácio, sito na Platô e na Residência do Presidente da República na Prainha.

Cláusula 7.^a

Horário de prestação dos serviços

1. O Adjudicatário deve garantir a prestação dos serviços de segunda a sexta-feira, das 06h30 às 08h45, e aos sábados, das 08h00 às 12h00.
2. O serviço realizado pelos piquetes no Palácio do Presidente da República deve ocorrer entre as 08h00 e as 18h00, sendo que duas (2) piquetes



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

devem permanecer das 16h00 às 18h00 para assegurar a continuidade dos serviços contratados.

3. A prestação de serviços de limpeza e piquete na Residência do Presidente da República na Prainha inclui a Camarata de Segurança, o Pátio, a rua, todas as áreas internas e externas, bem como o serviço de lavandaria, conforme o horário a indicar pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 8.^a

Equipa Técnica

A equipa técnica disponibilizada pelo Adjudicatário para a prestação dos serviços objeto do presente procedimento deve dispor de todos os recursos humanos e materiais necessários e adequados ao pleno cumprimento das obrigações, em conformidade com o previsto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Cláusula 9.^a

Gestão do pessoal

1. Durante todo o período de vigência do contrato, o Adjudicatário é responsável pelo pessoal afeto à prestação dos serviços.
2. O Adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante e terceiros pelos atos de todo o pessoal utilizado na execução dos serviços, bem como pelos riscos inerentes à sua prestação.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. A responsabilidade pela correta execução de todos os serviços é exclusivamente do Adjudicatário, mesmo que recorra a terceiros para a execução do contrato.

Cláusula 10.^a

Pessoal e Seguros

1. Adjudicatário deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor relativo a acidentes de trabalho e medicina do trabalho, relativamente a todo o pessoal afeto à execução do contrato, sendo todos os encargos daí decorrentes da sua responsabilidade.
2. O Adjudicatário obriga-se a apresentar à Entidade Adjudicante, no prazo de 3 (três) dias sempre que solicitado, cópias das apólices de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, relativamente a todo o pessoal afeto à execução do contrato, durante todo o período de prestação de serviços.
3. A Entidade Adjudicante não se responsabiliza por quaisquer danos sofridos pelo pessoal ao serviço do Adjudicatário, resultantes de doenças profissionais, acidentes de trabalho ou outros motivos.
4. O Adjudicatário obriga-se a segurar contra todos os riscos as instalações e os respetivos equipamentos utilizados no fornecimento dos bens, durante todo o período de vigência do contrato.
5. Todos os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como quaisquer deduções efetuadas pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro, serão da responsabilidade do Adjudicatário.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula 11.^a

Regime de prestação de serviços

1. A prestação dos serviços objeto do presente procedimento será realizada com autonomia, sem qualquer subordinação jurídica entre o Adjudicatário ou os seus funcionários e a Entidade Adjudicante ou seus funcionários, não implicando, em nenhuma circunstância, a existência de contrato de trabalho entre as partes.
2. O poder direcional e disciplinar sobre os funcionários do Adjudicatário compete exclusivamente ao Adjudicatário, pelo que quaisquer ordens ou instruções devem ser emitidas apenas por este.

Cláusula 12.^a

Dever de boa execução

1. O Adjudicatário deverá cumprir, com as devidas adaptações, todas as exigências legais e normas setoriais aplicáveis aos elementos entregues à Entidade Adjudicante no âmbito da execução do contrato.
2. O Adjudicatário declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à sua atividade, possuindo todas as autorizações, licenças, alvarás ou aprovações legalmente exigidos para o exercício da atividade e para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. O Adjudicatário garante que os serviços prestados no âmbito do contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 13.^a

Relatórios de execução dos serviços

1. O Adjudicatário obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do contrato, os quais deverão estar disponíveis para inspeção e auditoria por parte da Entidade Adjudicante.
2. O Adjudicatário apresentará à Entidade Adjudicante, com periodicidade mensal, um relatório detalhado sobre a execução dos serviços objeto do presente procedimento.

Cláusula 14.^a

Fiscalização

1. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de realizar, sempre que o considere necessário, diretamente ou através de terceiros, auditorias e inspeções ao processo e ao resultado da prestação de serviços contratados, bem como aos relatórios e registos referidos na cláusula anterior, com o objetivo de verificar a qualidade do serviço e o cumprimento das obrigações contratuais.
2. O Adjudicatário prestará todo o apoio e colaboração necessários à Entidade Adjudicante para a realização das auditorias e inspeções.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. Caso a auditoria revele que o Adjudicatário não cumpriu integralmente as suas obrigações, a Entidade Adjudicante poderá comunicar-lhe as recomendações necessárias para a correção de defeitos ou deficiências detetadas, devendo estas ser implementadas sem custos adicionais para a Entidade Adjudicante.
4. O Adjudicatário compromete-se a implementar as recomendações referidas no número anterior dentro do prazo comunicado pela Entidade Adjudicante, desde que tecnicamente viáveis e sem implicar investimentos desproporcionados.
5. Se as soluções recomendadas forem consideradas, em comum acordo entre as partes, tecnicamente inviáveis ou economicamente desproporcionadas, as partes acordarão conjuntamente as medidas a implementar para corrigir os defeitos ou deficiências e melhorar os procedimentos do Adjudicatário.

Cláusula 15.^a

Responsabilidade

1. O Adjudicatário será responsável pelos atos do seu pessoal, nomeadamente no que se refere a roubo, quebra de louças, danos nas instalações, equipamentos, materiais e similares, ou qualquer ação que possa colocar em risco os interesses da Entidade Adjudicante.
2. Sempre que ocorram situações previstas no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a reparar os danos à sua custa ou a indemnizar a Entidade Adjudicante pelos prejuízos causados.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. O não cumprimento do disposto no número anterior confere à Entidade Adjudicante o direito de mandar reparar os danos, debitando os respetivos custos ao Adjudicatário, podendo para tal efetuar a dedução nos pagamentos devidos ao mesmo

Cláusula 16.^a

Regularização de contribuição fiscal e de segurança social

1. Durante a vigência do contrato, o Adjudicatário obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e contributivas para a Segurança Social, quer do Estado de Cabo Verde, quer do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.
2. O Adjudicatário deverá disponibilizar, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante, documentação comprovativa da regularização fiscal e contributiva, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cláusula 20.^a

Preço Contratual

Pelo fornecimento dos bens objeto do presente procedimento, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Adjudicatário o montante constante da proposta adjudicante, acrescido do imposto legalmente devido.

Cláusula 21.^a



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Faturação e condição de pagamento

1. O Adjudicatário emitirá a fatura em nome da Entidade Adjudicante, sendo esta enviada para Presidência da República, ilha de Santiago, Praia, Rua Andrade Corvo, portador do NIF – 352960892.
2. A faturação do serviço deve ser efetuada mensalmente, até ao dia 30 (trinta) do mês subsequente à data de prestação dos serviços.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas serão pagas através da transferência bancária para o NIB indicado pelo adjudicatário.
4. Em caso de discordância quanto ao valor indicado na fatura, a Entidade Adjudicante deverá comunicar este facto ao Adjudicatário por escrito, no prazo de 10 dias, após a receção da respetiva fatura, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.
5. O não pagamento dos valores contestados não vence os juros de mora, nem justifica a suspensão do fornecimento dos bens por parte do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Entidade Adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direitos, suspender qualquer dos pagamentos acima mencionada, sempre que o Adjudicatário não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula 22.^a

Adiantamento de preço

1. A pedido do Adjudicatário e caso assim o decida, a Entidade Adjudicante poderá efetuar adiantamentos de preço por conta dos fornecimentos a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios desses fornecimentos, desde que:
 - a) O valor dos adiantamentos não seja superior a 30% do preço contratual, e
 - b) O Adjudicatário tenha previamente comprovado à Entidade Adjudicante a prestação de uma caução para adiantamento de preço, nos termos constantes na cláusula 29^a do Caderno de Encargos.

Cláusula 23.^a

**Seguimento e avaliação da execução do contrato de prestação de
serviços**

1. O resultado dos serviços prestados face aos requisitos estabelecidos e a qualidade da limpeza efetuada será feita através de seguimento e da realização de avaliação;
2. Os critérios de seguimento e avaliação serão definidos pela Entidade Adjudicante;
3. O seguimento e a avaliação serão efetuados durante a vigência do contrato, nos termos definidos no número anterior.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

4. No caso de incumprimento das responsabilidades contratuais e se não correspondem aos padrões definidos, por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode:
- a) Aceitar e utilizar determinados serviços mediante o pagamento de um preço reduzido, a acordar entre as partes;
 - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

CAPÍTULO III

PENALIDADES E RESOLUÇÃO

Cláusula 24.^a

Penalidades

1. Em caso de incumprimento imputável ao Adjudicatário, ou a terceiros por si contratados para prestação de serviços objeto do presente procedimento, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações: a) No caso de incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante, pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V * A/500$ em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da prestação de serviços em atraso e A é o número de dias em atraso;
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado mensalmente;



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. O prazo para pagamento pelo Adjudicatário das penalidades previstas na presente cláusula é de 30 dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Entidade Adjudicante;
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Entidade Adjudicante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar ao Adjudicatário, ao abrigo do contrato a celebrar;
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% do preço contratual;
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30%.

Cláusula 25.^a

Força Maior

1. Não serão aplicadas penalidades ao Adjudicatário, nem haverá lugar à imputação de incumprimento, quando a não realização pontual das prestações contratuais resultar de caso de força maior. Entende-se por força maior as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível, exteriores à vontade da parte afetada, que não possam ser controladas por esta.
2. Poderão constituir casos de força maior, desde que verificados os requisitos referidos no número anterior, nomeadamente: guerra



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

(declarada ou não), tumultos, insurreições civis, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações fora do controlo das partes.

Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não se qualifiquem como força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade ou grupo de sociedades em que o Adjudicatário se integre;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou resultantes do incumprimento, pelo Adjudicatário, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares decorrentes do incumprimento, pelo Adjudicatário, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou extensão resultem de culpa, negligência ou incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias em sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário que não resultem de sabotagem;
 - g) Eventos que estejam, ou devessem estar, cobertos por seguros.
3. A ocorrência de qualquer circunstância suscetível de constituir caso de força maior deve ser comunicada à outra parte no prazo máximo de cinco (5) dias a contar da data em que a parte afetada tenha tido conhecimento da mesma.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações contratuais que se encontrem impedidas ou dificultadas em virtude da ocorrência, bem como as medidas que pretende adotar para mitigar o respetivo impacto e os prazos de execução, no prazo máximo de cinco (5) dias após o conhecimento da situação de força maior.

Cláusula 26.^a

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais, bem como nas seguintes situações, sem prejuízo do direito à indemnização legalmente prevista:

- a) Razões de interesse público, mediante decisão fundamentada;
- b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
- c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Adjudicatário;
- d) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção da Entidade Adjudicante;
- e) Oposição reiterada do Adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adjudicante;



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- f) Cessão da posição contratual ou subcontratação efetuadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, quando tal contrariar o princípio da boa-fé;
- g) Quando o valor acumulado das sanções contratuais de natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico dos Contratos Administrativos;
- h) Incumprimento, pelo Adjudicatário, de decisões judiciais ou arbitrais relativas ao contrato;
- i) Falta de renovação ou reforço da caução por parte do Adjudicatário;
- j) Declaração judicial de insolvência ou apresentação à insolvência do Adjudicatário;
- k) Atraso na prestação dos serviços contratados por um período superior a dois (2) meses.

Cláusula 27.ª

Efeitos de resolução

1. Em caso de resolução do contrato, pela Entidade Adjudicante, por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento da indemnização que for devida nos termos gerais de direito.
2. A indemnização referida no número anterior deverá ser paga pelo Adjudicatário no prazo de trinta (30) dias após a notificação para o efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades contratuais que se mostrem devidas, desde que exista fundamento para tal.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula 28.^a

Efeitos pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais pela Entidade Adjudicante, bem como nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por período superior a três (3) meses, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes da Entidade Adjudicante de conformação da relação contratual, quando tal torne contrária à boa-fé a exigência de manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento, pela Entidade Adjudicante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, o direito de resolução apenas pode ser exercido quando:
 - a) A resolução não implique grave prejuízo para a prossecução do interesse público subjacente à relação contratual; ou
 - b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, neste último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração escrita dirigida à Entidade Adjudicante, produzindo efeitos trinta (30) dias após a receção da referida declaração, salvo se a Entidade Adjudicante, dentro desse prazo, cumprir as obrigações em atraso, acrescidas dos juros de mora devidos.

Cláusula 29.^a

Caução de Boa Execução do Contrato

1. A Entidade Adjudicante promoverá a libertação da caução de boa execução do contrato:
 - a) Após o cumprimento, pelo Adjudicatário, de todas as obrigações contratuais que sobre si impendem; ou
 - b) Quando o contrato não for celebrado no prazo fixado, por facto imputável à Entidade Adjudicante.

Cláusula 30.^a

Caução para garantia de adiantamento



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

1. Para garantir o pagamento do adiantamento, o Adjudicatário deverá prestar caução no valor equivalente ao montante dos adiantamentos concedidos pela Entidade Adjudicante.
2. A caução referida no número anterior deverá ser prestada por um dos meios previstos no artigo 107.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Adjudicatário deverá comprovar à Entidade Adjudicante a prestação da caução antes de receber qualquer adiantamento.
4. A caução será progressivamente libertada à medida que forem executadas as prestações contratuais correspondentes aos pagamentos adiantados pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 31.^a

Execução da Caução

1. A Entidade Adjudicante poderá executar as cauções prestadas pelo Adjudicatário, sem necessidade de decisão judicial ou arbitral prévia, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais do Adjudicatário, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. O Adjudicatário fica obrigado a repor o valor correspondente à execução parcial ou total da caução prestada, no prazo de quinze (15) dias após notificação da Entidade Adjudicante para o efeito.
3. O incumprimento deste dever constitui incumprimento contratual, podendo a Entidade Adjudicante invocar a exceção de não cumprimento



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

relativamente ao pagamento de faturas, ou proceder à retenção dos montantes necessários à reposição do valor inicial da caução nos pagamentos devidos ao Adjudicatário.

Cláusula 32.^a

Seguros

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar e a manter válidos, até aos limites mínimos legalmente exigidos, os seguintes contratos de seguro:
2. a) Seguro de Acidentes de Trabalho, abrangendo todo o pessoal afeto à execução do contrato;
3. b) Seguro de Responsabilidade Civil Multirriscos, que cubra todos os danos corporais e materiais causados a terceiros e à Entidade Adjudicante.
4. O Adjudicatário compromete-se a manter em vigor, durante toda a vigência do contrato e eventuais prorrogações, os seguros referidos no número anterior, devidamente atualizados e com os prémios pagos.

Cláusula 33.^a

Despesas

Correm exclusivamente por conta do Adjudicatário todas as despesas decorrentes das obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação, manutenção e eventual renovação das cauções previstas.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 34.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar absoluto sigilo sobre toda a informação e documentação, de natureza técnica ou não técnica, comercial, administrativa, de segurança ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que venha a ter conhecimento no âmbito ou em virtude da execução do contrato.
2. A informação e documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem utilizadas para qualquer outro fim que não o da execução do contrato, salvo mediante autorização expressa e prévia da Entidade Adjudicante.
3. O Adjudicatário obriga-se, finda a execução dos serviços, a remover e/ou destruir todo e qualquer tipo de registo (em qualquer suporte, físico ou digital) relacionado com a informação sujeita a sigilo.
4. Ficam excluídas do dever de sigilo as informações ou documentos que sejam comprovadamente do domínio público à data da sua obtenção pelo Adjudicatário, ou cuja divulgação resulte de obrigação legal, decisão judicial ou solicitação de autoridades reguladoras ou administrativas competentes.

Cláusula 35.^a

Prazo do dever de sigilo



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

O dever de sigilo mantém-se em vigor após o cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da aplicação dos deveres legais relativos à proteção de segredos comerciais, à credibilidade institucional e ao prestígio das pessoas coletivas envolvidas.

Cláusula 36.^a

Dados Pessoais

1. Atenta a natureza dos serviços objeto do contrato, o Adjudicatário poderá ter acesso a dados pessoais de terceiros, devendo tratá-los em estrito cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais e das instruções da Entidade Adjudicante, abstendo-se de proceder à sua reprodução, cópia, gravação ou divulgação para fins não previstos no contrato.
2. O Adjudicatário compromete-se a assegurar a confidencialidade e proteção dos dados pessoais, sendo responsável pelo cumprimento destas obrigações pelos seus trabalhadores, colaboradores ou subcontratados.
3. Em caso de perda ou dano de quaisquer dados, independentemente da causa, o Adjudicatário compromete-se a adotar todas as medidas necessárias à sua recuperação, sem quaisquer encargos adicionais para a Entidade Adjudicante.
4. O Adjudicatário responderá por todos os prejuízos sofridos pela Entidade Adjudicante em virtude de utilização ilegal ou ilícita de dados pessoais, incluindo indemnizações e despesas decorrentes de reclamações ou processos instaurados pelos respetivos titulares.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula 37.^a

Dever de Informação

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante toda a informação e esclarecimentos que esta solicite, com a periodicidade que entender conveniente, relativamente à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações contratuais.
2. O Adjudicatário deve comunicar de imediato, e no prazo máximo de 15 dias, o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial suscetível de conduzir à sua insolvência, dissolução ou extinção, bem como qualquer outra situação que possa afetar a execução do contrato.
3. Ambas as partes se comprometem a comunicar reciprocamente, no prazo de 15 dias a contar do conhecimento, quaisquer circunstâncias, incluindo de força maior, que possam impedir ou atrasar o cumprimento das respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 38.^a

Comunicações

1. Salvo disposição em contrário no Caderno de Encargos, todas as comunicações entre as partes relativas ao presente contrato devem ser efetuadas por escrito e dirigidas ao serviço competente, por via postal ou eletrónica, para o endereço indicado pela Entidade Adjudicante.
2. As comunicações consideram-se realizadas na data da respetiva receção ou, se recebidas fora do horário normal de expediente, no primeiro dia útil seguinte.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

3. As comunicações efetuadas por protocolo ou carta registada com aviso de receção presumem-se realizadas na data de assinatura do protocolo ou do aviso.
4. Não se consideram válidas as comunicações efetuadas por telefax cujo conteúdo não seja legível, desde que tal facto seja comunicado ao remetente no primeiro dia útil subsequente.
5. Qualquer alteração de contacto, incluindo de sede social, representante legal ou endereço eletrónico, deve ser comunicada de imediato à outra parte, nos termos do número 1.

Cláusula 39.^a

Resolução de litígios

1. Os litígios emergentes da interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou cessação do contrato serão dirimidos por tribunal arbitral competente.
2. As partes poderão, por acordo escrito, derrogar o disposto no número anterior e submeter litígios específicos à arbitragem ad hoc ou à jurisdição dos tribunais judiciais competentes.

Cláusula 40.^a

Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, os prazos previstos neste contrato são contínuos, correndo também aos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 41.^a

Lei aplicável



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

O contrato subjacente ao presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Segue a especificação técnica dos serviços a serem prestados:

1. Locais de Prestação de Serviços

- Palácio do Presidente da República
 - Residência do Presidente da República na Prainha
-

2. Serviços Diários

Horário: 06:30 – 08:45

Atividades:

- **Limpeza geral dos espaços:**
 - Gabinetes, salas, corredores, casas de banho, salas de reuniões, cozinhas, biblioteca, escadas, pátio, cave, elevador e outros.
- **Limpeza de bens e mobiliários:**
 - Candeeiros, poltronas, cadeiras, carpetes, equipamentos em inox, vidros, janelas, corrimãos, tapetes e carpetes (aspiração do pó).
- **Serviços adicionais:**
 - Recolher e lavar chávenas e copos de todos os gabinetes.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- Remover pó de mesas, armários, arquivos, prateleiras, computadores, telefones e impressoras com pano húmido.
 - Lavar e desinfetar casas de banho e componentes (sanitas, lavatórios, espelhos, pisos, paredes).
 - Recolher e armazenar resíduos nos locais indicados.
 - Lavar utensílios em áreas comuns (copa e refeitórios).
 - Manter a lavandaria organizada e asseada.
 - Executar demais serviços necessários para manter os espaços organizados e limpos.
-

3. Serviços Semanais (Sábados)

Horário: 08:00 – 12:00

Serviços profundos e gerais:

- Limpeza de pisos internos e externos com produtos apropriados.
- Limpeza e polimento de objetos decorativos, candeeiros, portas, fechaduras, etc.
- Limpeza de mobiliários de madeira pintados ou envernizados, incluindo escadas, com produtos neutros e específicos.
- Limpeza de equipamentos em inox.
- Limpeza de estofados, assentos e poltronas em couro com produtos adequados.
- Limpeza atrás de móveis, armários e arquivos.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- Limpeza da face interna de esquadrias metálicas e vidraças.
 - Limpeza de livros da biblioteca.
 - Limpeza da cave e todos os objetos existentes.
 - Limpeza exterior do espaço.
 - Limpeza de paredes, rodapés, divisórias, portas, batentes e vidros, removendo manchas de qualquer natureza.
 - Execução de demais serviços solicitados no âmbito do contrato.
-

4. Serviços de Piquete

Durante o horário normal de expediente

Responsabilidades do pessoal de piquete:

- Manter gabinetes e casas de banho em condições de uso durante o período de funcionamento dos serviços.
- Manter todos os espaços limpos e organizados.
- Prestar serviços de copa.
- Repor papel toalha, papel higiénico e sabonete líquido em todas as casas de banho.
- Executar serviços de lavandaria.
- Apoiar na preparação de salas de reuniões.
- Executar demais tarefas solicitadas no âmbito do procedimento.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

Nota: O incumprimento das condições de prestação dos serviços confere ao contratante público o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das indemnizações legais.
